

TESC - Terminal
Santa Catarina S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

MANUTUA

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores do
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.
Joinville - SC

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TESC - Terminal Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 12 às demonstrações financeiras, as debêntures mantidas pela Companhia contêm cláusulas contratuais (“*covenants*”) as quais não foram cumpridas com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 em decorrência do atraso no pagamento de parcelas da dívida correspondentes a juros e principal. O cumprimento dessas cláusulas contratuais de “*covenants*” representa condição para a manutenção das datas originais de vencimento dessas obrigações. A Companhia encontrava-se em processo de negociação, não tendo obtido o “*waiver*” dos debenturistas até 31 de dezembro de 2018. Tal situação permite aos credores declararem o vencimento antecipado das obrigações registradas no balanço patrimonial, no montante total de R\$ 139.152 mil, do qual R\$ 90.814 mil está classificado no passivo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data no passivo circulante.

Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante, está apresentado a menor em R\$ 90.814, e o passivo não circulante, apresentado a maior nesse mesmo montante.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1 e 12 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia encontrava-se em negociação com credores financeiros (debenturistas) e que ainda não havia obtido o “waiver” desses credores para o não vencimento antecipado da totalidade das obrigações financeiras representadas por debêntures registradas no balanço patrimonial de acordo com os vencimentos originais previstos na escritura de debêntures. Caso a totalidade da dívida fosse classificada no passivo circulante, o capital circulante líquido da Companhia (ativo circulante diminuído de passivo circulante) seria negativo em R\$ 107.896 mil. Conseqüentemente, essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville 23 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.759	13.490	Empréstimos e financiamentos	11	1.853	3.513
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.222	4.007	Debêntures	12	48.338	18.101
Contas a receber de clientes	6	6.848	4.786	Fornecedores		2.368	811
Estoques		115	91	Tributos a recolher		360	846
Impostos a recuperar		802	240	Tributos a recolher parcelados		32	398
Outros créditos	7	<u>3.901</u>	<u>679</u>	Encargos sociais e trabalhistas a pagar		936	270
		<u>37.647</u>	<u>23.293</u>	Outras contas a pagar		<u>842</u>	<u>921</u>
						<u>54.729</u>	<u>24.860</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Impostos diferidos	8	19.644	17.544	Empréstimos e financiamentos	11	1.630	6.407
Depósitos judiciais		325	94	Debêntures	12	90.814	110.433
Outros créditos	7	5.421	7.253	Provisões para contingências	13	1.459	154
Imobilizado	9	132.433	139.380	Tributos a recolher parcelados		-	32
Intangível	10	<u>442</u>	<u>769</u>	Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>64</u>
		<u>158.265</u>	<u>165.040</u>			<u>93.903</u>	<u>117.090</u>
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		52.495	46.566
				Reserva de capital		19.966	19.966
				Reserva de lucros		803	803
				Prejuízos acumulados		<u>(25.984)</u>	<u>(20.952)</u>
						<u>47.280</u>	<u>46.383</u>
Total do ativo		<u><u>195.912</u></u>	<u><u>188.333</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>195.912</u></u>	<u><u>188.333</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TESC - Terminal de Santa Catarina S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	36.665	39.896
Custos dos serviços prestados	17	<u>(17.737)</u>	<u>(25.281)</u>
Lucro bruto		18.928	14.615
Outras (despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	18	(7.394)	(9.331)
Outros resultados operacionais		<u>(1.569)</u>	<u>(820)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		9.965	4.464
Despesas financeiras	19	(18.899)	(17.701)
Receitas financeiras	19	<u>1.802</u>	<u>1.899</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(7.132)	(11.338)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8	<u>2.100</u>	<u>6.365</u>
Resultado do exercício		<u><u>(5.032)</u></u>	<u><u>(4.973)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TESC - Terminal de Santa Catarina S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	(5.032)	(4.973)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(5.032)</u></u>	<u><u>(4.973)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TESC - Terminal de Santa Catarina S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Total
			Legal	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	46.566	19.966	803	(15.979)	51.356
Resultado do exercício	-	-	-	(4.973)	(4.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>46.566</u>	<u>19.966</u>	<u>803</u>	<u>(20.952)</u>	<u>46.383</u>
Aumento de capital (nota explicativa 14.1)	5.929	-	-	-	5.929
Resultado do exercício	-	-	-	(5.032)	(5.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>52.495</u>	<u>19.966</u>	<u>803</u>	<u>(25.984)</u>	<u>47.280</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TESC - Terminal de Santa Catarina S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	(7.132)	(11.338)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	6.491	6.929
Provisões para contingências	1.305	22
Resultado na venda de ativos imobilizados	(561)	17
Encargos incorridos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	18.682	16.548
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(2.062)	(2.085)
Estoques	(24)	(39)
Impostos a recuperar	(562)	693
Outros créditos	(421)	356
Fornecedores	1.557	40
Tributos a recolher parcelados	(398)	430
Outras contas a pagar	37	879
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>16.912</u>	<u>12.452</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.389)	(1.810)
Recebimento pela venda do ativo imobilizado	1.618	-
Aquisição de intangível	(85)	(10)
Caixa líquido proveniente das (aplicado) atividades de investimentos	<u>144</u>	<u>(1.820)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	-	4.075
Pagamento de empréstimos e debêntures	(8.572)	(1.179)
Aplicações financeiras vinculadas	(215)	(4.007)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(8.787)</u>	<u>(1.111)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.269</u>	<u>9.521</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.490	3.969
No fim do exercício	<u>21.759</u>	<u>13.490</u>
	<u>8.269</u>	<u>9.521</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

O TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (“Companhia”) tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral norte de Santa Catarina, e foi constituído em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de arrendamento de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo inicial de 25 anos, o qual foi antecipadamente renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046.

A Companhia tem por objeto social a construção e a exploração de instalações portuárias, na modalidade de uso público, com vistas à movimentação e armazenagem de carga geral, solta ou unitizada, containerizada, granéis sólidos ou outras cargas compatíveis, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessários para a implantação e operação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

Os acionistas da Companhia deliberaram um novo projeto de investimentos para o negócio, o qual foi aprovado pelo então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), por meio da Portaria nº 248 de 13 de julho de 2016, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por meio da Resolução nº 5.318 de 20 de março de 2017, o que permitiu a renovação antecipada de seu arrendamento, conforme 6º Termo Aditivo ao Contrato de Arredamento nº 015/96/PJ, firmado em 27 de julho de 2017 (publicado no DOU de 31 de julho de 2017), abrangendo o período de 2021 a 2046. Esses investimentos aparelharão o Terminal Portuário com uma estrutura moderna para adicionar a operação de granéis vegetais para exportação, que modificará significativamente seu posicionamento no mercado e seus resultados.

A decisão dos acionistas para a conversão da especialização da Companhia, decorre da necessidade de reposicionamento estratégico do Terminal. Com o advento dos Terminais de Uso Privativo - TUPs, e consequente migração das operações de contêineres para esses terminais na região, a Companhia teve que redirecionar seu foco comercial e operacional. A mudança das políticas governamentais, que privilegiaram os TUPs, trouxe severas consequências comerciais e econômicas aos terminais arrendatários, dada a diferença de competitividade em custos. Nesse Cenário, a Companhia, que é arrendatária no porto de São Francisco do Sul, teve seu plano de negócio fortemente impactado e, desde então vem envidando todos os esforços na reestruturação financeira e também de suas atividades operacionais e comerciais.

Em 31 de agosto de 2017 a Companhia oficializou o processo de negociação junto ao seu principal debenturista, FI-FGTS, visando o reperfilamento de parte de sua dívida, decorrente de parcelas vencidas do cronograma de amortização das debêntures. O reperfilamento em negociação foi definido tendo como base um novo plano de reparcelamento e *stand still* a ser integralmente satisfeito até março de 2019. No entanto, como o processo negocial se estendeu além do prazo inicialmente acordado no pleito de reparcelamento e *stand still*, a Companhia propôs ao FI-FGTS, em reunião realizada em 21 de março de 2019, na sede do debenturista, a reestruturação do saldo total da dívida haja vista que o propósito originalmente pretendido perdeu sua eficácia devido ao tempo negocial decorrido.

Dessa forma, a Companhia manteve o saldo da dívida vincenda no longo prazo, no passivo não circulante, no montante de R\$ 90.814, por ter confiança na aprovação final da referida reestruturação e por não existirem pronunciamentos ou indicações em sentido contrário por parte do debenturista, bem como pela indicação do FI-FGTS de que não realizará qualquer movimento de cobrança dos créditos, se abstendo de declarar o vencimento antecipado das obrigações de pagamento de principal e juros, bem como de executar garantias em decorrência das parcelas da dívida, enquanto durar o processo negocial. A companhia entende que a reclassificação para o passivo circulante não representaria a situação real e por isso decidiu manter a classificação dos saldos no longo prazo, forma que melhor traduz as expectativas quanto a sua exigibilidade e futura realização.

A Administração da Companhia tem absoluta confiança na aprovação da reestruturação do saldo total de suas debêntures, haja vista a Companhia estar em pleno funcionamento, com geração de caixa positivo, disponibilidades em montante relevante, formalização de parcerias de longo prazo e renovação por mais 25 anos do contrato de arrendamento. A Companhia, em 2018, retomou voluntariamente a normalidade dos pagamentos das parcelas do contrato de financiamento junto ao debenturista. A Companhia está patrimonial e financeiramente provida para o cumprimento das obrigações pecuniárias vincendas durante o período de renegociação. Não obstante, em uma remota hipótese de execução de garantias pelo debenturista, o efeito, por fim, seria o de transferência integral das ações da Companhia a este, sem prejuízo do cumprimento de compromissos financeiros, comerciais e regulatórios pré-existentes, pelo sucessor legal.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em seu plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, bem como ingressos de recursos por meio de captação de novas linhas de crédito, conversão de empréstimos mútuos em capital social (ocorrida em maio de 2018, no valor de R\$ 5.929), renovação e alongamento de contratos comerciais, alienação de ativos ociosos e/ou inservíveis, além da reestruturação da dívida da Companhia.

No tocante a contratos comerciais, se faz importante relatar que o TESC celebrou em 15 de março de 2019, um contrato com cláusula de garantia de volumes e pagamentos (“take or pay”) pelo prazo de 12 anos junto a seu principal cliente, Arcelormittal Brasil, que anunciou publicamente em 2018, a expansão de sua usina em São Francisco do Sul - SC. O aumento previsto após a conclusão da expansão é de 30% no volume de produção e movimentação de aços planos. O referido contrato de “take or pay”, garante ao TESC a movimentação portuária do acréscimo de volume decorrente da expansão da Arcelormittal Brasil em Santa Catarina.

Em 28 de março de 2019, a Companhia firmou contrato com a Eldorado Brasil Celulose para o fornecimento de serviços de armazenamento e operação portuária de celulose para exportação, diversificando o rol de produtos operados no Terminal e destacando sua capacidade competitiva para esse tipo de carga.

A Companhia tem, objetivando otimizar a utilização de sua capacidade operacional, aumentado a variedade de produtos movimentados e se manterá engajada na estratégia de alongamento de contratos comerciais com inclusão de cláusulas de garantia de volumes e pagamentos.

A Administração enfatiza que o plano de negócios da Companhia já incorpora as premissas descritas acima e acredita que esse esteja adequado, dentro de parâmetros razoáveis para sua concretização.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 23 de agosto de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 08** - Impostos diferidos;
- **Nota 09** - Ativo imobilizado; e
- **Nota 13** - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b. Instrumentos financeiros

(Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quando relevantes, custos de empréstimos sobre os ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações técnicas	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos Intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas pela Companhia são de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de crédito esperadas de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, encargos financeiros sobre tributos, e outras despesas. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

CPC 06 (R2) Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

(i) **Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	165	366
Aplicação financeira	21.594	13.124
Total	21.759	13.490

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas

Referem-se a certificados de depósito bancário e/ou cotas de fundos de investimentos adquiridos com a finalidade de constituir uma reserva referente às obrigações do contrato de debêntures mencionadas na Nota Explicativa nº 12. Os títulos possuem condições de liquidação imediata, sem previsão de penalidades na liquidação antecipada e são remunerados com base no CDI.

6 Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 6.848 (R\$ 4.786 em 2017) é composto por valores a receber de clientes mercado interno e a prestação de serviços.

Os valores por faixa de vencimento (aging) são apresentados a seguir:

Aging	2018	2017
A vencer	6.824	3.266
Vencidos de 1 a 30 dias	11	1.517
Vencidos há mais de 30 dias	105	95
Subtotal	6.940	4.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(92)	(92)
Total	6.848	4.786

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

7 Outros créditos

	2018	2017
Indenizações de seguros a receber (a)	2.432	2.432
Adiantamento a fornecedores (b)	2.205	2.205
Créditos previdenciários (c)	968	91
Despesas antecipadas (d)	744	1.319
Adiantamentos a fornecedores e empregados	319	3
Crédito precatório (e)	-	1.882
Outras contas a receber (f)	2.654	-
Total	9.322	7.932
Circulante	3.901	679
Não circulante	5.421	7.253

- (a) Em 2009, sete embarcações (lanchas) armazenadas nas dependências da Companhia foram sinistradas. Estas embarcações foram enviadas para recuperação, cujos gastos totalizaram R\$2.432 e foram custeados pela Companhia. Tais gastos serão indenizados pela seguradora após a conclusão do processo de regulação e arquivamento do processo judicial.
- (b) Esta rubrica é constituída por antecipações de alugueis realizadas pela Companhia, a título de caução para garantia da cláusula de equilíbrio financeiro do instrumento particular de locação de equipamentos firmado com a WRC Operadores Portuários S.A (parte relacionada). A caução tem por objetivo assegurar a plena disponibilidade de máquinas e equipamentos utilizados nas operações portuárias e de pátio, ao longo de sua vigência que se findará em 31 de dezembro de 2020. Este valor deverá ser abatido dar parcelas finais do instrumento firmado entre as partes. A caução realizada não tem incidência de juros.
- (c) Referente a créditos previdenciários extemporâneos levantados sobre verbas remuneratórias (enquadramento na sistemática da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB) e verbas indenizatórias (férias indenizadas, terço constitucional, aviso prévio indenizado e auxílio-doença), pagas a maior a empregados e trabalhadores portuários avulsos, as quais foram classificadas no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.
- (d) Constituído predominantemente por despesas antecipadas com prêmios de seguros e despesas antecipadas do contrato de arrendamento, a serem apropriadas ao resultado no período de vigência.
- (e) Referente aos créditos precatórios de natureza tributária, decorrentes da decisão judicial favorável em ação que questionava a constitucionalidade da cobrança do FUNDAF, cujo montante de R\$ 1.680 foi recebido em 22 de maio de 2018.
- (f) Refere-se principalmente a venda de ativo imobilizado (scanner de raio x) em agosto de 2018 pelo valor total de R\$ 2.500, cujo o saldo remanescente de R\$ 1.200 serão recebidos em parcelas mensais, com vencimento final em maio de 2019, os quais não possuem atualização monetária.

8 Imposto de renda e contribuição social

8.1 Composição dos tributos diferidos

	2018	2017
Prejuízos fiscais e base negativa	19.148	17.492
Provisão para contingências	496	52
Total	19.644	17.544

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em suas projeções de rentabilidade, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis e ao montante que se espera realizar até o término do atual período de concessão. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Administração da Companhia entende que haverá geração de lucros tributáveis futuros em montantes suficientes para que o saldo dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2018 seja realizado, segundo a seguinte expectativa:

	Realização
2021	468
2022	1.001
2023	1.598
2024	2.210
2025	2.915
2026	3.576
2027	4.139
2028 em diante	3.737
	<u>19.644</u>

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia.

Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Conforme informado na Nota Explicativa nº 1, a renovação antecipada do prazo de arrendamento do terminal levou a Administração a não limitar o registro do crédito ao que se espera compensar até o final do atual período de arrendamento (2021). Por esse mesmo motivo, no exercício 2018 a Companhia reconheceu a parcela estimada de realização dos impostos diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa originadas no próprio exercício.

9 Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Instalações técnicas	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros ativos	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	150	121.706	2.808	3.172	347	311	4.487	11.148	144.129
Adições	-	-	-	275	5	15	-	1.515	1.810
Baixas	-	-	-	-	(2)	(15)	-	-	(17)
Depreciação	-	(4.441)	(354)	(504)	(61)	(121)	(1.061)	-	(6.542)
Transferência	-	33	2	308	-	-	-	(343)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	150	117.298	2.456	3.251	289	190	3.426	12.320	139.380
Adições	-	209	13	24	31	119	-	993	1.389
Baixas (a)	-	-	-	(4.030)	(7)	(97)	-	-	(4.134)
Depreciação/Baixa depreciação	-	(4.445)	(356)	1.555	(57)	(110)	(789)	-	(4.202)
Transferência	-	25	7	43	-	-	-	(75)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	150	113.087	2.120	843	256	102	2.637	13.238	132.433

(a) A principal baixa de ativo imobilizado no período se refere a venda de um scanner de raio x mencionada na nota explicativa 7 (a).

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve a necessidade de constituição de provisões.

Os fluxos de caixa que suportam a análise de recuperabilidade (impairment test) foram projetados até o final do segundo período de arrendamento (2046), descontados a valor presente, e consideram a compensação a ser recebida pela Companhia, descontada a valor presente, mencionada no tópico anterior.

As principais premissas operacionais utilizadas para a elaboração dos fluxos de caixa no teste de valor recuperável são as seguintes:

- Características dos serviços a serem prestados e tipos de cargas movimentadas;
- Capacidade instalada de armazenagem e movimentação de cargas;
- Projeção de crescimento no volume das operações.
- Taxa nominal de desconto equivalente a 12,57%.

10 Intangíveis

		2018			2017
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	3.333	(2.903)	430	757
Marcas e patentes	-	12	-	12	12
Total		3.345	(2.903)	442	769

11 Empréstimos e financiamentos

Credor	Produto	Moeda	Encargos nominais	Vencimento	R\$ mil	
					2018	2017
Santander	Capital de giro	BRL	CDI + 10,30% a.a.	2018	-	147
Porto Novo	Mútuo	BRL	CDI + 4,34% a.a.	2018	-	2.838
Nityam	Mútuo	BRL	CDI + 4,34% a.a.	2018	-	2.847
Santander	Capital de giro	BRL	CDI + 5,03% a.a.	2020	3.483	4.088
Total					3.483	9.920
Passivo circulante					1.853	3.513
Passivo não circulante					1.630	6.407

12 Debêntures

Em 19 de novembro de 2009, por intermédio de um instrumento particular da emissão de debêntures, a Companhia efetuou a emissão primária de 88 debêntures não conversíveis, com preço unitário (PU) de R\$1.000, integralmente subscritas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), que efetuou a integralização dos recursos em 18 de dezembro de 2009. Essas debêntures, desde a data de sua integralização, são remuneradas pela variação da Taxa Referencial - TR, mais cupom de 11,00% a.a., sendo amortizadas em parcelas trimestrais consecutivas, desde setembro de 2011. Seu vencimento final se dará em 2029.

Na data de 25 de setembro de 2013, foi assinado o 4º aditamento do instrumento particular da escritura desta emissão, pactuando a redução do saldo mínimo a ser mantido em conta vinculada (conta reserva), para o valor correspondente a 1 (uma) vez o valor da próxima amortização (Nota Explicativa nº 5), em contrapartida a Emissora não poderá resgatar antecipadamente as debêntures durante o período de 3 anos. Findo este prazo, as debêntures poderão ser resgatadas facultativamente, de forma total ou parcial, pela Companhia. As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, alienação fiduciária de equipamentos e fiança emitida pela companhia WRC Operadores Portuários S.A., companhia relacionada, na forma de sua escritura de emissão e anexos.

Cronograma de vencimentos da parcela classificada no não circulante:

Saldos por vencimento	2018
2020	5.237
2021	5.853
2022	6.529
2023	7.924
2024- 2029	65.271
	<u>90.814</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Ainda, de acordo com a escritura das debêntures, existem índices financeiros que devem ser medidos semestralmente pelo Agente Fiduciário, a ser apurado com base nos doze meses anteriores ao cálculo. Caso esses índices não sejam atingidos, o Agente Fiduciário, a critério dos debenturistas, poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido.

Em 31 de agosto de 2017 a Companhia oficializou o processo de negociação junto ao seu principal debenturista, FI-FGTS, visando o reperfilamento de parte de sua dívida, decorrente de parcelas vencidas do cronograma de amortização das debêntures, representando um montante tardado de R\$ 28.249, em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2018 o montante em atraso totaliza R\$ 43.349. O reperfilamento em negociação foi definido tendo como base um novo plano de reparcelamento e *stand still* a ser integralmente satisfeito até março de 2019. No entanto, como o processo negocial se estendeu além do prazo inicialmente acordado no pleito de reparcelamento e *stand still*, a Companhia propôs ao FI-FGTS, em reunião realizada em 21 de março de 2019, na sede do debenturista, a reestruturação do saldo total da dívida haja vista que o propósito originalmente pretendido perdeu sua eficácia devido ao tempo negocial decorrido.

Dessa forma, a Companhia manteve o saldo da dívida vincenda no longo prazo, no passivo não circulante, no montante de R\$ 90.814, por ter confiança na aprovação final da referida reestruturação e por não existirem pronunciamentos ou indicações em sentido contrário por parte do debenturista, bem como pela indicação do FI-FGTS, como dito acima, de que não realizará qualquer movimento de cobrança dos créditos, se abstendo de declarar o vencimento antecipado das obrigações de pagamento de principal e juros, bem como de executar garantias em decorrência das parcelas da dívida, enquanto durar o processo negocial. A companhia entende que a reclassificação para o passivo circulante não representaria a situação real e por isso decidiu manter a classificação dos saldos no longo prazo, forma que melhor traduz as expectativas quanto a sua exigibilidade e futura realização.

Maiores informações sobre o processo negocial são apresentadas na Nota Explicativa nº 1 (Contexto Operacional).

No tocante ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), seu cálculo considera os montantes de juros e principal efetivamente pagos. Dessa forma, a despeito do não cumprimento de obrigações pecuniárias, o mesmo não está tecnicamente descumprido, conforme preceitua a metodologia atribuída na escritura de emissão das debêntures.

A escritura também estabelece que a Companhia mantenha saldo em conta reserva e que a amortização das parcelas seja efetuada trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta reserva é de R\$ 4.222.

13 Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Ao menos semestralmente a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

	2018	2017
Trabalhistas	<u>1.459</u>	<u>154</u>
Total	<u>1.459</u>	<u>154</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui outros processos trabalhistas e cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 3.257 (R\$ 594 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

A Companhia tem capital autorizado de R\$ 52.495 (R\$ 46.566 em 2017), totalmente subscrito e integralizado, composto por 72.905.674 ações ordinárias sem valor nominal, sendo que cada ação outorga direito a um voto, o qual, em 2018, está distribuído como demonstrado a seguir:

	2018	2017
Porto Novo Participações S.A.	36.452.837	32.080.948
Nityam Empreendimentos e Participações S.A.	<u>36.452.837</u>	<u>32.080.948</u>
Total	<u>72.905.674</u>	<u>64.161.896</u>

Em 29 de maio de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária onde foi aprovada o aumento de capital no valor de R\$ 5.929, mediante emissão de 8.743.778 novas ações ordinária nominativas, sem valor nominal, sendo totalmente integralizados pelos sócios mediante capitalização de créditos de suas titularidades, decorrentes de empréstimos de mútuo.

14.2 Reserva legal

Essa reserva é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

14.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício após a formação da reserva legal. Os eventuais dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido, no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

15 Partes relacionadas

	Porto Novo Participações S.A.		Nityam Empreendimentos e Participações S.A.		WRC Operadores Portuários S.A.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Transações (valor bruto):						
Ativo não circulante						
Adiantamento a fornecedores (Nota 7.e)	-	-	-	-	2.205	2.205
Empréstimos e financiamentos (Nota 11):						
Passivo não circulante	-	2.838	-	2.847	-	-

As transações seguem condições estabelecidas de comum acordo entre as partes.

15.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2018, não houve pagamentos a título de remuneração a qualquer membro do Conselho de Administração. Aos Diretores Executivos foram conferidos os pagamentos de seus honorários e bônus de performance, no montante de R\$ 1.321 (R\$ 1.716 em 2017).

16 Receita operacional

	2018	2017
Prestação de serviços	42.364	45.830
Deduções	<u>(5.699)</u>	<u>(5.934)</u>
Receita líquida	<u>36.665</u>	<u>39.896</u>

17 Custos dos serviços prestados

	2018	2017
Salários e benefícios a empregados	(2.134)	(1.693)
Custos com serviços de terceiros	(3.773)	(4.186)
Custos de outorga	(2.070)	(3.703)
Locação de equipamentos	(2.115)	(3.363)
Energia elétrica e combustíveis	(331)	(294)
Depreciações e amortizações	(5.946)	(6.264)
Demais custos	<u>(1.368)</u>	<u>(5.778)</u>
Total	<u>(17.737)</u>	<u>(25.281)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Salários e benefícios a empregados	(3.680)	(4.956)
Despesas com serviços de terceiros	(1.020)	(1.514)
Tecnologia de informação	(104)	(180)
Meio ambiente	(350)	(511)
Depreciações e amortizações	(545)	(665)
Outras despesas	<u>(1.695)</u>	<u>(1.505)</u>
Total	<u>(7.394)</u>	<u>(9.331)</u>

19 Receitas e despesas financeiras

	2018	2017
Despesas financeiras		
Encargos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(18.618)	(16.153)
Juros passivos	(62)	(1.369)
Variação cambial passiva	-	(16)
Outros	<u>(219)</u>	<u>(163)</u>
Total	<u>(18.899)</u>	<u>(17.701)</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos	1	199
Variação cambial ativa	3	9
Rendimentos de aplicação financeira	1.380	692
Descontos obtidos	<u>418</u>	<u>999</u>
Total	<u>1.802</u>	<u>1.899</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(17.097)</u>	<u>(15.802)</u>

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

20.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em quaisquer ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades caixa e equivalente de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. *Risco de crédito*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	21.759	13.490
Aplicações financeiras vinculadas	4.222	4.007
Contas a receber de clientes	6.848	4.786
Total	32.829	22.283

b. *Risco de liquidez*

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Nota Explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2018, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração monitora as oscilações, e revisa seu fluxo futuro de caixa para assegurar a geração de caixa compatível com as oscilações dos instrumentos.

e. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos importados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não registrava instrumentos financeiros passivos, em moeda estrangeira.

f. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos. A Companhia utilizou-se de fontes externas oficiais e sensibilidade interna para determinar os índices utilizados no indexador.

Operação	Risco	(Perdas) ganhos financeiros					
		31/12/2018	Queda 50%	Queda 25%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	25.816	916	1.375	1.833	2.291	2.749
Capital Giro/Mútuo	CDI	(3.483)	(124)	(185)	(247)	(309)	(371)
		<u>22.333</u>	<u>792</u>	<u>1.189</u>	<u>1.585</u>	<u>1.982</u>	<u>2.378</u>
Indexador	CDI		3,55	5,33	7,10	8,88	10,65

g. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

20.2 Instrumentos financeiros - valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Debêntures - o valor justo foi analisado considerando-se os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, em comparação a outras emissões de títulos com características similares (ano de emissão, prazo, indexador, etc.), obtidos por meio do sítio (internet) da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

20.3 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

20.4 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento
- Endividamento em função do EBITDA anualizado
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo